



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### REQUERIMENTO de 2021

(Do Sr. Celso Russomanno)

*Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater as multas aplicadas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) a empresas do setor farmacêutico por venderem medicamentos usados no tratamento da [Covid-19](#) acima do preço autorizado.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater as multas aplicadas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) a empresas do setor farmacêutico por venderem medicamentos usados no tratamento da [Covid-19](#) acima do preço autorizado.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades:

1. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Sr. Antônio Barra Torres
2. Secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED), Sr. Romilson de Almeida Volotão
3. Representante de órgão de defesa do consumidor
4. Representante da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac)



5. Representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)

### JUSTIFICAÇÃO

A imprensa deu ampla divulgação à recente aplicação, pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) - órgão interministerial cuja secretaria-executiva é exercida pela Anvisa – de R\$ 15,2 milhões em multas a empresas do setor farmacêutico por venderem medicamentos usados no tratamento da [Covid-19](#) acima do preço autorizado.

No período entre julho de 2020 e março de 2021, a fiscalização da SCMED foi responsável por instaurar 139 processos de sanção e aplicar 64 multas aos agentes do setor farmacêutico.

Entre os produtos cujo aumento de preço levou à ação da SCMED estão o chamado kit intubação orotraqueal e medicamentos sedativos e bloqueadores musculares destinados a pacientes acometidos por Covid-19 e internados em UTIs. É inadmissível que no contexto de uma pandemia que já vitimou mais de 330 mil brasileiros, alguns segmentos produtivos se valham de uma situação de urgência para auferir lucros não apenas ilegais, como também imorais.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres pares para a realização da audiência

Sala da Comissão, em 06 de abril de 2021.

Deputado CELSO RUSSOMANNO

REPUBLICANOS/SP

